A HORA

COMPROMISSO COM O LEITOR

ASSINANTE SOLIDÁRIO

Fundado em 1º de julho de 2002 | **Sexta-feira**, 8 de dezembro de 2017 | Ano 15 - Nº 1983 | Avulso: R$ 2,00 | Fechamento da edição: 21h

TECNOLOGIA

Câmeras identificam pedestres

GESIELE LORDES



A Secretaria de Segurança Pública de **Lajeado** apresenta sistema de reconhecimento facial para câmeras de monitoramento. **Página 8**

TEUTÔNIA

Associação avalia rede de água

Estudo aponta possíveis perdas. Objetivo é tornar o abastecimento mais eficiente. **Página 4**

ENSINO FUNDAMENTAL

União quer repassar aos municípios

Estado inicia debate para atender indicação proposta pelo Ministério da Educação. **Página 11**

OPINIÃO



NEY ARRUDA FILHO

O fim de ano e as metas

Buscar o intangível pode trazer o sabor da derrota.

EDITORIAL

O crime e o medo

Falência do serviço público encoraja os criminosos

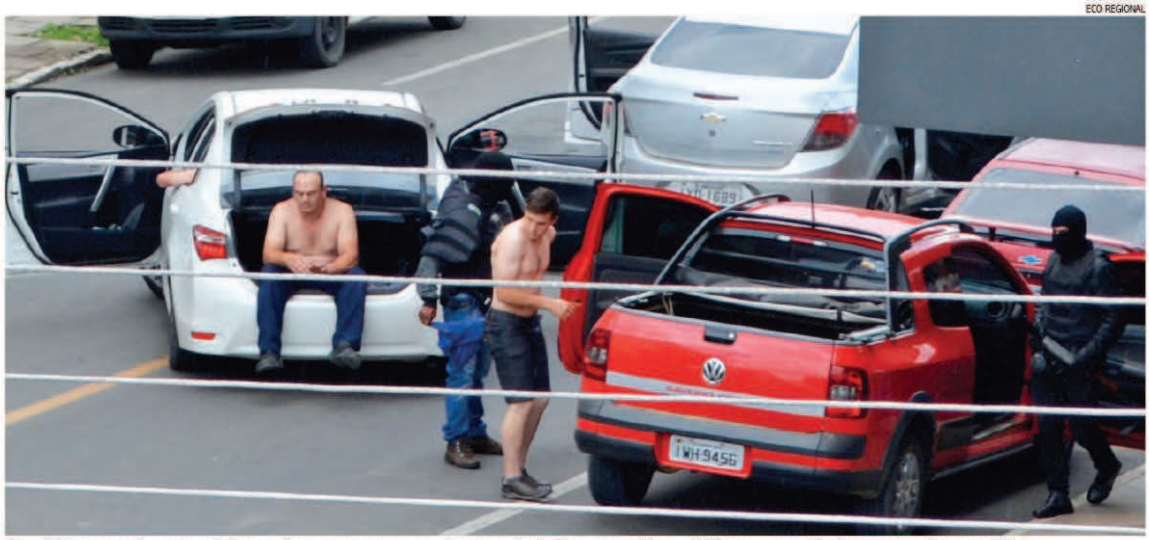
SEGURANÇA PÚBLICA

12 MESES, 15 ASSALTOS

Ataques a bancos espalham o pânico em Arvorezinha

Criminosos armados com fuzis atacaram duas agências bancárias no centro. Durante a fuga, levaram clientes como reféns. Um deles foi encontrado morto ao lado de um carro incendiado. Trata-se de Gelson Coproski, 34. A quadrilha fugiu em direção a Linha Quatro, na divisa com **Guaporé**. Buscas aos bandidos continuam. **Páginas 12 e 13**

ECO REGIONAL



Quadrilha repetiu estratégia usada nos ataques aos bancos de Imigrante e Taquari. Fez um cordão humano e levou reféns

» RETRATOS URBANOS

Cotidiano inspira desenhista

GESIELE LORDES



Sesc Lajeado recebe o desenhista Daniel Wallerius. Mostra apresenta 18 obras do artista, que cria retratos com lápis de cor e tinta.

conexão

PRESIDÊNCIA DA AMVAT

Caumo assume e defende o diálogo

Após 22 anos, **Lajeado** volta a presidir a Amvat. O prefeito Marcelo Caumo aponta como plano da entidade identificar as demandas específicas de cada microrregião. **Página 10**

IMPASSE NO LEGISLATIVO

Compra da sede precisa ir ao plenário

Os vereadores de **Lajeado** precisam modificar dispositivos na lei orçamentária e no Plano Plurianual para viabilizar a compra do 3º e do 4º andar do Genes Work & Shop. **Página 4**

Compra da sede para o Legislativo depende de votação

Serão quatro projetos de lei para adequação de LOA e PPA

RODRIGO MARTINI
rodrigomartini@jornalahora.inf.br

LAJEADO

A definição pela compra de dois pavimentos e 22 vagas de estacionamento do Genes Work&Shop precisa de votação. O presidente do Legislativo, Waldir Blau (PMDB), informa que serão necessários quatro projetos de lei para alterar as leis orçamentárias anuais (LOA) deste e do próximo ano, bem como os Planos Plurianuais (PPA) de 2013-2017 e 2018-2021. As matérias serão votadas na próxima sessão.

De acordo com Blau, em todas as legislações e planos, está prevista a rubrica para "construção" de uma nova sede. Como o Legislativo deve optar pela compra de um prédio pronto, é preciso alterar o termo para "aquisição de imóveis". "Poderíamos fazer apenas uma lei, mas optamos por fazer uma lei para cada situação. Porém, a votação deverá ser em bloco", antecipa o presidente.

A advogada da prefeitura, Elisângela Hoss de Souza, também confirma a necessidade de alteração nas leis. Além disso, informa, a forma de pagamento também precisa ser esclarecida. "Precisamos averiguar para entender se haverá empenho único ou se a compara será fracionada em parcelas", diz.

Conforme o presidente, o negócio é avaliado em R$ 3,4 milhões. A forma de pagamento será com R$ 1 milhão de entrada ainda em dezembro, segunda parcela de R$ 1,2 milhão em 2018 e mais R$ 1,2 milhão em 2019. Após, serão necessárias reformas para adaptar os pavimentos, com a instalação de 29 gabinetes e sala de reuniões. "Isso deve custar algo em torno de R$ 200 mil", estima.



WALDIR BLAU
PRESIDENTE DA CÂMARA

Após efetivada a aquisição, o Legislativo vai encerrar um período de 18 anos de pagamento de aluguel no prédio. A câmara está instalada ali desde abril de 99. Foram gastos desde então, segundo cálculos preliminares, cerca de R$ 2 milhões", informa Blau. A definição pela compra do 3ª andar e cobertura, segundo ele, ocorreu em reunião fechada na tarde de terça-feira.

Avaliado em R$ 1,6 milhão

Na semana passada, Blau solicitou uma análise à Comissão de Imóveis. Sob a presidência do engenheiro civil do município, Franki Bersch, o grupo avaliou o negócio em R$ 1,6 milhão, valor bem abaixo dos R$ 3,4 milhões ofertados pelos proprietários do prédio pela área de 1,2 mil metros quadrados. Segundo Blau, uma nova avaliação será requisitada nesta semana.

Blau e os proprietários do imóvel contestam a análise apresentada pelo órgão da Secretaria de Planejamento (Seplan). Isso porque a comissão verificou que os 22 boxes de estacionamento não têm matrícula com área privativa e estão distribuídos em área comum do condomínio, e também em área inundável.

RODRIGO MARTINI



Câmara está no Genes desde abril de 99. Gasto com aluguel alcança R$ 2 mi

A comissão também não calculou as áreas de uso comum do 3ª e 4ª pavimento, bem como de outros acessos aos andares e aos boxes de estacionamento. No parecer, entretanto, essa adequação será possível caso as planilhas de áreas do condomínio sejam refeitas, assim como as matrículas do Registro de Imóveis, "cabendo, neste caso, uma nova avaliação", pontua o engenheiro da prefeitura.

"Faz parte da matrícula"

Um dos proprietários do Genes Work & Shop, o advogado Tiago Nesello Vitório, explica que o Código Civil confirma que a área condominial é propriedade comum do edifício.

Os proprietários apresentam hoje a contestação, e anunciam que os boxes serão individualizados para a venda. A proposta é vender 40% do prédio, o que inclui o terreno – avaliado em R$ 2,8 milhões, e a cobertura do terraço do terceiro piso. A câmara também terá direito sobre uma possível ampliação de pavimento, cujo laudo técnico garante segurança à obra.

Associação projeta melhorias no abastecimento

Distribuição de água foi digitalizada. APDL investiu mais de R$ 600 mil para ampliar e qualificar serviços em 2017

ALEXANDRE MIORIM
alexandre@jornalahora.inf.br

TEUTÔNIA

DIVULGAÇÃO



Ampliação da rede e novo reservatório possibilitarão expansão do abaste-

A Associação Pró-Desenvolvimento de Languiru (APDL) concluiu a digitalização da infraestrutura de abastecimento de água que abrange cerca de 40 % do município. O objetivo é tornar mais eficientes os serviços por meio da calibragem da rede. Junto com outras iniciativas, a entidade investiu mais de R$ 600 mil em melhorias neste ano.

Desde agosto, uma empresa atua para digitalizar os cerca de 112 quilômetros da rede gerida pela Associação da Água. O trabalho consiste no registro de canos e pontos de consumo para o mapeamento preciso do sistema. Por meio da colocação de hidrômetros nos poços, adutoras e reservatórios, será possível comparar as vazões e o gasto de cada consumidor nos diferentes pontos do abastecimento. O objetivo é detectar vazamentos e evitar a perda de água.

Os cerca de 3,8 mil consumidores já estão conectados à rede. A próxima etapa é a implantação de um software que permitirá o monitoramento remoto de todo o sistema de abastecimento, por meio de uma painel. A meta da diretoria da APDL é colocar em funcionamento a tecnologia em 2018.

O vice-presidente da Associação da Água, Rudimar Landmeier, informa que a modernização custou até o momento cerca de R$ 25 mil. De acordo com ele, o propósito é controlar a vazão e a pressão, tornando-as homogêneas, para evitar o rompimento de canos e diminuir os gastos com manutenção e perdas de água."O painel vai possibilitar termos a dimensão exata do que está ocorrendo dentro da rede", afirma.

Outras ações

Neste ano, a APDL realizou ainda outros investimentos para qualificar os serviços. Cerca de R$ 130 mil foram usados para compra e instalação de novos canos de bitolas maiores. Um novo reservatório inox de 370 mil litros foi implantado no bairro Centro Administrativo. O investimento custou em torno de R$ 370 mil. Em caso de falta de energia, o sistema é capaz de manter o abastecimento por 36 horas.



GERSON REDECKER
PRESIDENTE DA APDL

Está em andamento também a remodelagem dos quadros de consumo dos poços cartesianos. Modelos mais modernos diminuem os riscos de descargas elétricas e melhoram o monitoramento, por meio de um sistema que emite alertas quando há quedas de energia ou outros problemas. Para tanto, mais de R$ 100 mil foram investidos pela associação.

Outra frente de atuação da entidade é a busca pela eficiência energética. Conforme a direção, houve redução de 80% no consumo de energia com o uso de lâmpadas LED nas luzes do complexo social e esportivo da associação. Também foram implantadas novas bombas mais econômicas. A gestão planeja ainda instalar placas fotovoltaicas para suprir a demanda energética do abastecimento.

De acordo com o presidente da APDL, Gerson Redecker, o objetivo das iniciativas é qualificar os serviços, sem aumentar o preço do consumo. "A gente tenta proporcionar a qualidade e eficiência, sem onerar a população", afirma. Segundo ele, a detecção imediata e a antecipação de problemas na rede diminuem os custos de reparos e manutenções.

A entidade é responsável pelo fornecimento de água potável nos bairros Languiru, Centro Administrativo, Alesgut e Boa Vista e nos loteamentos Spellmeier, União e Vale Verde.

GESIELE LORDES
gesiele@jornalahora.inf.br

Município implanta reconhecimento por câmeras

Além de identificar criminosos, auxilia na busca de pessoas desaparecidas e no diagnóstico da segurança pública

LAJEADO

O projeto Escudo Virtual foi apresentado ontem pela Secretaria de Segurança Pública. A iniciativa envolve o uso de tecnologia para o combate à criminalidade e elaboração de um diagnóstico da segurança local. Na ocasião, foi apresentado o funcionamento do software de reconhecimento facial, que já está em teste na cidade.

Por meio das imagens captadas pelas câmeras, o sistema identifica gênero, etnia e idade aproximada das pessoas que passam pelo campo de visão do equipamento. A partir dos bancos de dados dos órgãos de segurança, será possível identificar foragidos e pessoas desaparecidas, além de filtrar a busca por determinado perfil em uma área específica.

Durante os dez primeiros dias de teste, feitos a partir de apenas uma câmera instalada na rodoviária, o sistema fez o reconhecimento facial de 12 mil pessoas. Por enquanto, as imagens estão sendo recebidas na sala de videomonitoramento do 22º Batalhão da Polícia Militar.

Segundo o secretário Paulo Roberto Locatteli, a última etapa prevê a criação de uma central de comando e controle que integre os setores de inteligência de órgãos de segurança como Brigada Militar, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Civil, além de bombeiros e Defesa Civil. "O município quer qualificar e aumentar a tecnologia desses órgãos."

A licitação para contratação do serviço deve sair em 2018. O sistema foi desenvolvido pela Superluc, a responsável pela rede de fibra óptica da cidade. De acordo com o diretor da empresa, Luciano Frizon, não foram encontradas informações sobre outra cidade no país que tenha iniciativa semelhante no setor público.

O reconhecimento facial é mais usado em aeroportos. "A nossa intenção é transformar Lajeado na cidade referência no Vale do Taquari e talvez no RS."

No presídio, um sistema que detecta movimentos suspeitos no perímetro, desenvolvido pela mesma empresa, já em teste. Segundo Frizon, a tecnologia usada no reconhecimento facial é japonesa e a do sistema de intrusão, italiana. A empresa investiu cerca de R$ 300 mil na fase de testes, que deve se estender até abril de 2018, afirma.

GEISIELE LORDES



Sistema permite a identificação de pessoas nas imediações da rodoviária e do Presídio Estadual de Lajeado



Apresentação do sistema ocorreu ontem no salão de eventos da prefeitura

ENTENDA O PROJETO

Fase 1. Sistema anti-intrusão e extrusão e controle perimetral do Presídio Estadual de Lajeado. Permite detectar, por meio de câmeras, quando um objeto é lançado para dentro ou para fora da casa prisional. Em teste desde agosto.

Fase 2. Reconhecimento facial. Foi implantado em 27 de novembro e segue em fase de testes.

Fase 3. Implantação de leitor de placas de veículos em Lajeado, que permitirá o controle de entrada, circulação e saída de veículos no município. Permitirá, também, a elaboração de banco de dados quantitativo e qualitativo, norteando ações, operações e respostas às ações policiais. Será uma ferramenta de controle da velocidade média das vias (sem geração de autuações) e outros dados relativos ao fluxo.

Fase 4. Implantação e interligação da agência local de inteligência com os demais órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

Fase 5. Aprimoramento do sistema de respostas a eventos normais e críticos.

Fase 6. Construção de um centro de comando e controle que permitirá integrar todos órgãos de segurança e Defesa Civil no município.

Emater apresenta resultados de programa Gestão Sustentável

ENCANTADO

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e a Emater/RS-Ascar realizaram na quarta-feira, 6, o Seminário Regional de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar. O objetivo do evento, que reuniu cerca de 200 pessoas, foi apresentar os resultados parciais da política pública do Governo do Estado, operacionaliza pela Emater/RS-Ascar desde 2016.

Coordenador estadual do programa, Célio Colle ministrou palestra com o tema "Importância da Gestão na Emater para a Agricultura do RS". Ele apresentou números e informações sobre a política pública, que visa a promover a gestão e a adequação socioeconômica e ambiental das propriedades rurais familiares.

"Até o momento são quase dez mil famílias que já aderiram ao programa e outras dez mil sensibilizadas no estado", ressalta. Colle também abordou os métodos utilizados durante a implementação do programa, e que buscam o aumento da eficiência na produção, a redução de custos e das dificuldades do trabalho. "São ações sociais, ambientais e econômicas que buscam sensibilizar os agricultores levando-se em consideração as suas realidades.

Para a família Lottermann, que produz aipim em Lajeado, o programa auxiliou em questões como armazenamento, comercialização e produtividade. "A gestão da propriedade envolveu a profissionalização, a tomada de decisões de forma conjunta e a disposição para se qualificar", afirma a agricultora Rosane.

Agricultores recebem protetores solares

COLINAS

A Secretaria de Saúde, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), disponibilizou protetores solares aos agricultores familiares, por meio do Programa Saúde na Pele.

Para ter direito ao benefício, os agricultores que têm Darf devem se dirigir até o STR e preencher a ficha de requisição. Também é preciso apresentar o Cartão Nacional do SUS, carteira de identidade e comprovante de residência. Passados 30 dias da realização do cadastro, o agricultor poderá retirar o protetor solar com a farmacêutica Cláudia Spohr.

Os moradores urbanos do município também têm direito. Basta agendar uma consulta médica com o clínico-geral do posto de saúde ou com a médica dermatologista, e solicitar um receituário e atestado médico, que deverão ser entregues à farmacêutica.

Os agricultores com cadastro ativo junto ao sindicato não necessitam realizar a renovação. Já os moradores urbanos que tiverem cadastro devem encaminhar receita e atestado médicos anualmente para que o cadastro seja renovado.

LAJEADO PRESIDE AMVAT

Caumo avalia demandas por microrregião

Prefeito de Lajeado assumiu ontem a Amvat, e quer identificar as peculiaridades de cada subdivisão do Vale

CAROLINA CHAVES
carolina@jornalahora.inf.br

VALE DO TAQUARI

Marcelo Caumo, agora à frente da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (Amvat), promete se dedicar ao diálogo com os demais prefeitos. Pretende identificar demandas das diferentes microrregiões a fim de trabalhar de modo focado.

No contraponto, há questões relacionadas a toda região que precisarão ser trabalhadas com afinco, aponta Caumo. Entre elas, a recuperação do setor leiteiro e a concessão da BR-386.

Os temas são debatidos desde o início deste ano, em âmbito nacional. A previsão é que o processo licitatório seja aberto em fevereiro e o custo da cobrança para veículos de passeio seja de R$ 7 nas quatro praças de pedágios a serem instaladas na região. "É um debate a longo prazo, que a Amvat precisará acompanhar, pois interfere na vida de todos os moradores da região", comentou.

Ampliação e manutenção dos serviços prestados pelo Consisa também estão em voga. Os recorrentes atrasos do Estado para o Samu foram alguns dos problemas enfrentados neste ano pelos prefeitos. Houve necessidade de os municípios abarcarem despesas não próprias e, mesmo assim, correr o risco de perder o atendimento.

CAROLINA CHAVES



Rafael Mallmann entregou a presidência para o prefeito Marcelo Caumo

À frente da Amvat até então, o prefeito de **Estrela**, Rafael Mallmann, considera as negociações com o consórcio de extrema valia para a região. Ele repassa ao prefeito de Lajeado a responsabilidade de avançar nas tratativas em relação ao Sistema Municipal de Inspeção (SIM).



MARCELO CAUMO
PREFEITO

Necessário para a regularização e venda das agroindústrias, o sistema ainda foi implantado nos municípios da região por falta de verbas. A ideia é viabilizar isso pelo Consisa. "Vai diminuir custos e possibilitar que eles possam contratar o serviço. Assim, as agroindústrias poderão vender seus produtos a todo o RS", ressalta Mallmann.

Hoje, integrantes do Departamento de Inspeção do Consórcio irão a Porto Alegre tratar de alterações no Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Susaf), que também estaria dificultando as agroindústrias de se manterem economicamente.

Fechamento das contas

Antes da posse da Amvat, o diretor da Consultoria em Direito Público (CDP), de **Porto Alegre**, advogado Gladimir Chieli, deu orientações sobre o fechamento das contas de 2017. Falou sobre os cuidados necessários na hora de utilizar e remanejar valores dentro da prefeitura. Sobretudo, destacou a necessidade de efetivar pagamentos até o último dia útil, tendo por base a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Chiele também abordou os processos, sofridos por pelo menos três municípios da região, em que servidores aposentados pedem retorno ao cargo e indenização. Aconselhou aos prefeitos não reintegrarem, e seguirem os processos na Justiça.

A municipalização do Ensino Fundamental também foi tema da palestra. Diretor de Articulação com os Municípios da Secretaria Estadual de Educação, Itamar Batista Chagas complementou o assunto e falou sobre a vontade do Estado em implementar o projeto.

ENTREVISTA

"Multiplicamos a cada concurso a ineficiência do quadro de pessoal"



Chieli falou ainda sobre os gastos exagerados das prefeituras com a folha dos servidores. Para ele, os municípios não deveriam mais realizar concursos públicos, e assim ter mais condições de investimento.

A Hora – Você falou que o modelo de concurso público não funciona no Executivo. Quais suas principais evidências?
Gladimir Chieli – Uma delas é a ineficiência do serviço público. No caso do Judiciário ou órgãos de controle, eles têm uma atribuição específica, são carreiras de Estado, mas no Executivo se atua em todas as áreas, o que exige muitos cargos a serem trabalhados. A segunda evidência é a evolução crescente do gasto com pessoal, superando limites constitucionais, e causando estragos significativos, como ocorre no Estado. A legislação é extremamente livre em relação a isso. Ela impõe a criação de uma quantidade de cargos permanentes e crescentes, o que se torna impagável e inviabiliza o investimento com recursos próprios. Multiplicamos a cada concurso a ineficiência do quadro de pessoal.

Qual seria a saída para tornar eficiente e gastar menos com esses cargos?
Chieli – A contratação de serviços. Se não operarem adequadamente, rompe-se e contrata outra empresa. A falta de estabilidade promove maior eficiência. Além disso, sempre vai sair mais barato, porque não tem os benefícios previstos aos servidores.
Antes da Reforma Trabalhista e Lei das Terceirizações, as leis já permitiam esses contratos, que sobretudo possam ser usados na Educação Infantil, obras, vigilância urbana. Acredito na necessidade de manter apenas cargos vinculados à administração, como da Fazenda, Planejamento.

Isso não poderia facilitar o apadrinhamento partidário?
Chieli – Passou o tempo de considerar a cidade do prefeito. Até porque há prestação de contas, MP para apontar problemas nesse sentido. A administração pública precisa de servidores que respondam de forma mais adequada. O concurso engessa, e causa malefício muito maior do que qualquer briga política. É um assunto que precisa ser debatido com a clareza, pois já afeta municípios maiores. Porto Alegre já parcela salários. Não se consegue sustentar um crescimento da folha entre 10 a 15%, quando a alta nas receitas não passa de 5%.



WWW.INFORMATIVO.COM.BR

O INFORMATIVO DO VALE

Vale do Taquari.
Sexta-feira
8 de dezembro de 2017

FUNDADO EM 8 DE MAIO DE 1970 POR OSWALDO CARLOS VAN LEEUWEN

Ano 48.
Nº 11.513
R$1,75

TEMA DO DIA

Inteligência artificial é realidade em Lajeado

›› Sistema de reconhecimento facial irá auxiliar trabalho dos órgãos de segurança pública, proporcionando mais agilidade na resposta e eficiência na investigação de crimes. Ferramenta está funcionando desde a semana passada e foi lançada na manhã de ontem. Prefeitura de Lajeado aposta nos investimentos tecnológicos para melhorar a segurança. Página 3

Marcelo Caumo é eleito novo presidente da Amvat

›› Chefe do Executivo da maior cidade da região assume compromisso à frente do Vale. Próximos passos envolvem mapeamento de demandas das microrregiões. Página 6

Violência, fuga e morte em assalto a bancos

›› Os moradores de Arvorezinha viveram momentos de terror, ontem à tarde. Um grupo de criminosos - com características do "Novo Cangaço" - chegou à cidade por volta das 14h, invadiu duas agências bancárias, montou cordão humano com funcionários e clientes, fez reféns e fugiu. Uma das pessoas levadas foi morta pelos criminosos, que incendiaram carros e seguiram por estradas vicinais para Guaporé. A polícia fez cerco e trocou tiros com o bando. Página 15

Lívia Oselame



INCÊNDIADO: criminosos atearam fogo em carro utilizado na fuga. Ao lado do veículo foi encontrado o corpo da vítima do bando







Comércio amplia o horário de atendimento no período de Natal
Página 4

3ª CRE faz homenagem para quem aposentou-se neste ano
Página 10

ESPORTES

Taxa volta ao comando da Associação Regional dos Árbitros
Página 17

Lajeado apresenta sistema de reconhecimento facial inédito no RS

Ferramenta pode auxiliar na investigação de crimes, captura de foragidos e localização de desaparecidos



Natália Bottoni
bottoni@informativo.com.br



Natalia Nissen
natalia@informativo.com.br

» Lajeado

O município acaba de dar mais um passo no aprimoramento tecnológico para auxiliar os órgãos de segurança pública que atuam na cidade. Ontem, foi apresentado o método de reconhecimento facial que utiliza um banco de dados para identificar pessoas que circulam em determinados pontos cobertos pelo software. O processo faz parte do Sistema Scutum, desenvolvido pela Secretaria da Segurança Pública (Sesp) para criação de um controle de veículos, pessoas e de perímetro, complementar ao sistema de videomonitoramento existente em Lajeado. O sistema é executado em seis fases, e o reconhecimento facial é a segunda etapa do projeto.

O titular da Sesp, Paulo Roberto Locatelli Gandin, explica que o sistema utiliza um software de inteligência artificial para aumentar a segurança da comunidade e intimidar os infratores, aprimorando a resposta dos órgãos públicos à comunidade. A primeira câmera foi instalada na Estação Rodoviária de Lajeado, mas outras deverão ser colocadas em pontos estratégicos e sigilosos. O controle é feito a partir da sala de videomonitoramento no 22º Batalhão de Polícia Militar (22º BPM) de Lajeado e a expectativa é permitir o espelhamento das imagens para a Polícia Civil e Polícia Rodoviária Federal (PRF). "Lajeado está quebrando paradigmas, já que nenhuma cidade do Estado possui esse tipo de controle. É uma cortina vertical no entorno do município", resume Locatelli.

A ferramenta é útil em diversos segmentos, inclusive para detectar foragidos e pessoas que estão desaparecidas. "A imagem exibida faz um reconhecimento facial, que identifica e mapeia quem passa pelo campo de visão da câmera. Mostra-se a porcentagem da possibilidade de da pessoa que está diante da câmera ser a mesma que está sendo procurada", esclarece o secretário. Conforme ele, o equipamento pode captar mais de uma pessoa simultaneamente e abre-se um banco de dados, que aponta o sexo da pessoa e até a idade aproximada. É como um quebra-cabeça: o rosto é identificado em formas geométricas e logarítmicas, não como imagem; é possível montá-lo.

O sistema de reconhecimento facial está em funcionamento desde o dia 27 de novembro

12 mil
faces já foram identificadas, com até

95%
de precisão de reconhecimento

Uma informação técnica a serviço do trânsito, é identificar uma ocorrência de acidente, por exemplo. "As unidades de polícia conseguem definir onde aconteceu o imprevisto, qual a velocidade média daquela via e quais as rotas alternativas que podem ser usadas caso o trânsito esteja bloqueado em determinado lugar da cidade", comenta Locatelli. Os alertas gerados pelo sistema poderão ser reunidos em relatórios quantitativos e qualitativos.

FUNCIONAMENTO

A apresentação ocorreu no auditório da Prefeitura, para representantes do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), da Associação Lajeadense Pró-Segurança Pública (Alsepro), Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade do Vale do Taquari (Sincovat), órgãos de segurança e da imprensa. O titular da Sesp, e o diretor técnico de inteligência da Sesp, Vinícius Renner, explicaram as ferramentas do sistema.

Posteriormente, o grupo foi à sala de videomonitoramento para entender, na prática, como o reconhecimento funciona. A equipe do **O Informativo do Vale** dividiu-se para acompanhar o processo no local onde está instalada a câmera de reconhecimento facial e na sala do 22º BPM. O funcionamento do software foi apresentado pelo diretor da SuperLuc Tecnologia, Luciano Frizon. O programa é de origem japonesa e foi adaptado para ser usado na realidade local.

Até o fim do ano, o município pretende concluir a instalação da fase três do sistema. No próximo semestre, a expectativa é ter o centro integrado de comando e controle em funcionamento. Segundo o prefeito Marcelo Caumo, o investimento em tecnologia é a melhor forma de ampliar a segurança e o bem-estar da população. "Hoje em dia, é impossível pensar em segurança sem investir em equipamentos de ponta. É nisso que estamos apostando", diz o prefeito.

AUXÍLIO

Para o comandante Regional de Polícia Ostensiva do Vale do Taquari, coronel Gleider Cavalli Oliveira, o método permite a otimização dos recursos humanos da Brigada Militar e melhora o tempo de reposta às ocorrências. Dessa forma, Lajeado implanta um projeto modelo para o Estado, em um momento que as autoridades e a própria população buscam alternativas para lidar com a falta de recursos para vários setores, incluindo a segurança.

A Polícia Civil (PC) trabalha com a investigação das circunstâncias e autorias dos crimes. Por conta disso, os meios de identificação e elucidação são importantes para o funcionamento do órgão. Conforme o titular da Delegacia de Polícia (DP) de Lajeado, Juliano Stobbe, o Sistema Scutum vai facilitar essas funções para a PC. "Toda forma de mídia, que permite o reconhecimento facial e a impressão digital, por exemplo, são tecnologias que ajudam no desenvolvimento do nosso trabalho", afirma. Segundo ele, a ferramenta vai auxiliar em casos de roubos, furtos, homicídios, tráfico de drogas e outros.

Além disso, as câmeras de monitoramento devem auxiliar na falta de servidores efetivos na polícia. "O sistema otimiza e traz inteligência ao nosso serviço, que infelizmente não está sendo executado da forma como deveria, pela ausência de servidores", explica Stobbe.

Sobre o Centro de Comando e Controle, o delegado acredita que será uma boa medida, já que os órgãos policiais trabalham de forma satisfatória em conjunto. "A mudança será importante para combater o crime em Lajeado", conclui.

Natalia Nissen



TECNOLOGIA: controle do sistema é feito na sala de videomonitoramento da Brigada Militar

CONTEÚDO MULTIMÍDIA

Confira o vídeo feito na sala do 22º BPM com a apresentação do sistema de reconhecimento facial. Acesse ***www.informativo.com.br***

A questão da privacidade

Como fica a privacidade de cada um, diante de câmeras de reconhecimento facial espalhadas por Lajeado? João Antônio Merten Peixoto, professor do curso de Direito da Univates e delegado de Polícia aposentado, aborda a questão. Há dois bens jurídicos diferentes: a questão do direito de intimidade e do interesse público, que seria a segurança. "Para que esses dois pontos não entrem em conflito, é necessário fazer uma normatização, por parte do poder público", explica. Segundo ele, essa norma de procedimento deve apresentar como serão utilizadas as imagens, com quais finalidades, quais os critérios que serão empregados para que cada um tenha acesso à fonte de informação, e quem de fato terá acesso e controle do sistema.

"Esse tipo de ferramenta já existe em outros lugares. Ela é preciosa para reprimir ação criminosa e apurar a autoria dos delitos, por exemplo". No entanto, ele esclarece que a sistemática deve ser bem desenvolvida para que não apresente problemas de direito de imagem e intimidade no futuro, sendo que a finalidade deve preservar o direito de não divulgar imagens para terceiros, com fins pessoais. As câmeras devem ser instaladas em lugares públicos, de modo que o poder público não se torne responsável pelo direito de imagem de alguém, já que a pessoa está em via pública. "Em um lugar social, não vejo problema em utilizar uma imagem específica, voltada para a questão do bom uso, no interesse maior que é a segurança pública", explica. Dessa maneira, vai pelo discernimento de cada um, o que faz em via pública. Mas, se uma imagem for divulgada indevidamente, para algo que não está previsto na finalidade das câmeras, pode gerar uma responsabilidade por parte do poder público municipal, inclusive civil, por dano moral.

Como delegado aposentado, Peixoto declara que a máquina não substitui o homem, mas que a junção da tecnologia com os órgãos policiais é um grande passo para o município. "A polícia possui provas contra o crime, mas não possui a identificação de quem o cometeu. O sistema será um facilitador para a polícia preventiva atuar e a polícia investigativa colher as provas contra os autores de delitos", destaca o professor.

Caumo é novo presidente da Amvat

Prefeito de Lajeado, Marcelo Caumo (PP), assume a cadeira ocupada por Rafael Mallmann (PMDB)



Luísa Schardong
luisa@informativo.com.br

» Vale do Taquari

A gestão 2018 da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (Amvat) foi apresentada, ontem, em assembleia geral, no Estrela Palace Hotel. Agora é a Prefeitura de Lajeado, cidade polo da região, que assume a frente da Amvat. Com chapa única inscrita, Marcelo Caumo (PP) foi eleito para assumir a presidência, no lugar do chefe do Executivo estrelense, Rafael Mallmann (PMDB).

O PP está à frente de oito municípios no Vale: Imigrante, Fazenda Vilanova, Poço das Antas, Colinas, Forquetinha, Lajeado, Putinga e Vespasiano Corrêa. A mesa fica assim constituída para o ano que vem: o primeiro vice-presidente é o prefeito de Teutônia, Jonatan Brönstrup (PSDB); o segundo vice-presidente é de Anta Gorda, Celso Casagrande (PDT); o primeiro secretário é Lairton Hauschild (PSDB), de Cruzeiro do Sul; o primeiro tesoureiro é Celso Kaplan (PP), de Imigrante; e o segundo tesoureiro é de Progresso, Gilberto Gaspar Constantin (PDT).

Como titulares do Conselho Fiscal entram os prefeitos de Marques de Souza, Edimilson Dorr (PTB); de Travesseiro, Genesio Roque Hofstetter (PSB); e de Vespasiano Corrêa, Marcelo Portaluppi (PP). Como suplentes, assumem os representantes de Arroio do Meio, Klaus Werner Schnack (PMDB); de Colinas, Sandro Ranieri Hermann (PP); e de Fazenda Vilanova, José Luiz Cenci (PP).

POSSE

No último discurso como presidente da Amvat, Mallmann avaliou a gestão 2017. "Embora tenha sido um período difícil para as prefeituras, principalmente quando se fala em receita, foi, ao mesmo tempo, muito positivo em termos de associação", aponta Mallmann. Ele destaca mobilizações da Amvat na alteração do retorno do ICMS, no debate sobre o pedágio da BR-386 e na crise da cadeia leiteira. "Sinto que os prefeitos estão muito mais dispostos e abertos a trabalhar de forma regional, menos individualizada."

Para Caumo, a função traz satisfação e uma carga extra de responsabilidade. "Vamos trabalhar para retribuir tudo que a comunidade regional espera, absorvendo oportunidades e transformando isso em qualidade de vida para a população", afirma. "Há muitos anos a Amvat tem um papel preponderante no Vale e espero dar minha contribuição."

A BR-386 e a agenda do leite são algumas das pautas que terão continuidade com a nova mesa. "Neste primeiro momento, queremos estudar e identificar quais são as reais demandas das microrregiões dentro da Amvat para priorizar atividades e correr atrás de soluções pontuais. Esse é um dos desafios que temos pela frente." Ainda em dezembro deve ocorrer outra agenda da Amvat, esta sobre reajuste dos servidores municipais.



"Neste primeiro momento queremos estudar e identificar quais são as reais demandas das microrregiões dentro da Amvat para priorizar atividades e correr atrás de soluções pontuais. Esse é um dos desafios que temos pela frente."

Marcelo Caumo
presidente eleito

FINANÇAS

Um relatório financeiro da Associação foi apresentado. Mallmann deixa R$ 144.101,01 em caixa, divididos em contas no Banco do Brasil e Banrisul.

Luísa Schardong



MESA: chapa foi eleita para 2018

Contas e municipalização do Ensino Fundamental

O advogado Gladimir Chiele, diretor da Consultoria em Direito Público (CDP) de Porto Alegre, palestrou antes da eleição. Primeiro, ele falou sobre as orientações no fechamento de contas públicas do ano, prevendo as atitudes e ações que o gestor deve adotar para evitar penalidades administrativas e até improbidade, baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

"Temos que resolver as contas desse ano, mirando nos últimos dois quadrimestre do mandato, quando é vedado ao Executivo contrair obrigações de despesas que não possam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte", explica. E salienta: "Não tem mágica para fechar contas de forma equilibrada e não precisa correr atrás de dinheiro. O segredo é seguir as medidas contábeis e legais."

Ainda, o advogado falou sobre a municipalização do Ensino Fundamental, defendo-a como um avanço de qualidade na Educação. "O Rio Grande do Sul foi o único estado da Federação que ainda não concluiu isso. As posições pessoais de outros gestores estaduais impediram o avanço desse processo, mas agora buscamos formas de tornar viável. Tem-se justificativa técnica e legal."

Segundo ele, o atendimento municipalizado aproxima a comunidade escolar e facilita a construção de pautas, bem como resolução de problemas. "A rede municipal está muito bem equipada e, apesar de algum percalço administrativo de adequação, Estado e Município só têm a ganhar."

Professor de carreira do Estado, Itamar Baptista Chagas também colaborou com o debate, falando em nome do Departamento de Articulação com os Municípios (DAM), representando a Secretaria de Estado da Educação. Ele comentou acerca do Regime de Colaboração no RS.

Lerner é eleito novo presidente do Legislativo

Fazenda Vilanova - Apenas uma chapa foi apresentada para a eleição da nova Mesa Diretora da Câmara de Vereadores. O pleito ocorreu na sessão ordinária de segunda-feira.

A chapa foi encabeçada pelo vereador Marcos Adriano Lerner (PDT), o "Kiko", e composta pelos vereadores Luiz Carlos de Brito (PMDB) como vice-presidente; Dirceu Francisco da Silva (PDT), primeiro secretário; e Marcos Roberto de Souza (PP) como segundo secretário. O grupo recebeu seis votos a favor e três abstenções dos parlamentares Sergio Cenci Sobrinho (PP), Ildo Diedrich (PP) e Léo Mota (PSD).

Atual presidente da Casa, Brito parabenizou Lerner e pediu que, em sua gestão, o colega mantenha o andamento das obras da nova sede da Câmara de Vereadores. "A primeira etapa será entregue no final deste ano, e gostaria muito que o Kiko desse continuidade", disse. Ele também falou da responsabilidade em presidir o Legislativo e administrar dinheiro público.

Ainda, os vereadores aprovaram uma resolução legislativa que altera a redação do inciso II, do artigo 96, do Regimento Interno da Casa, limitando o tempo do espaço de pronunciamentos do grande expediente para 10 minutos. As sessões deste ano se encerram dia 18, quando a casa entra em recesso.

Roberto de Castro



MESA: Lerner foi eleito novo presidente do Legislativo para a gestão 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO NOVO
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pouso Novo/RS.
CONTRATADO: Água e Solo Soluções em Saneamento LTDA.
OBJETO: Construção de sistema de abastecimento de água e perfuração de poço tubular profundo (localidades da Sede e Barra Seca), neste Município menor preço global.
VALOR GLOBAL: R$ 1.285.562,20.
MODALIDADE: Tomada de Preços 16-01/2017.
CONTRATO: 0106-01/2017.
Aloisio Brock - Prefeito Municipal

CONSELHO DA COMUNIDADE PARA ASSISTÊNCIA AOS APENADOS DO PRESÍDIO ESTADUAL DE LAJEADO RS
Rua Paulo Frederico Schumacher n° 77 5° andar sala 502
Bairro Moinhos Lajeado RS | CNPJ 05.977.284/0001-94
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos de seu Estatuto e legislação pertinente, o Conselho da Comunidade para Assistência aos Apenados do Presídio Estadual de Lajeado, convoca todos os seus membros da diretoria e comunidade em geral, a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia **15 de dezembro de 2017** (6°feira) **às 8:30 horas** (oito horas e trinta minutos) primeira chamada, caso necessário e nos termos estatutários, com qualquer número de presentes **às 9:00 horas** (nove horas), a realizar-se na rua Paulo Frederico Schumacher n°77. 5°andar, sala 502, Bairro Moinhos Lajeado RS, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**:

1) Leitura da Ata da Reunião anterior;
2) Eleição da Diretoria Executiva;
3) Prestação de Contas do Exercício 2017;
4) Projeção das atividades para 2018;
5) Assuntos diversos.

MUNICÍPIO DE CANUDOS DO VALE
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL N° 076/2017.
PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2017.

O Município de Canudos do Vale - RS, COMUNICA a realização de Licitação Pública, para contratação de empresa para prestar serviços de horas máquina de trator agrícola, tracionado.
As propostas serão recebidas às 14:00 horas do dia 19 de Dezembro de 2017, na Prefeitura Municipal, sita a Rua João José Briesch – n° 457 – Centro – RS.
Edital completo e informações, na Prefeitura ou pelo telefone (51) 3616-1147 ou no site www.canudosdovale.rs.gov.br Portal da Transparência.
Gabinete do Prefeito - em 07 de Dezembro de 2017.
LUIZ ALBERTO REGINATTO - Prefeito



Corte de árvores para abertura de rua incomoda moradores

No total 22 árvores foram cortadas em uma área de 836,32m² para prolongar uma via



Ana Caroline Kautzmann
ana@informativo.com.br

» Lajeado

O corte de árvores em um trecho de mata na frente da rotatória da Univates incomodou moradores do Loteamento Verdes Vales, no Bairro Universitário. No local, está sendo feito o prolongamento da Rua Eugênio Almiro Schmidt, que se encontrará com a Avenida Avelino Tallini. Para os moradores, tudo aconteceu muito rápido, sem que eles fossem ouvidos ou consultados pela universidade, dona da área de terras.

Um dos objetivos da retirada das plantas é dar continuidade à rua, permitindo descentralizar o movimento da Avelino Tallini. Mas, a medida desagradou os vizinhos, que encaminharam um abaixo-assinado com cerca de 300 assinaturas ao Ministério Público, pedindo o impedimento da obra. "Eles estão querendo colocar o fluxo da Tallini para dentro do bairro e nós não temos estrutura para isso, eles querem inclusive colocar uma área comercial ali. Cortaram aquelas árvores, sendo que ali tem tucano, pica-pau e a figueira, atrás da minha casa, não posso", relata um dos moradores que prefere não se identificar.

Ana Kautzmann



LOCAL: corte foi feito no trecho de mata em frente a rotatória da Univates - imediações da biblioteca

A reclamação se estende desde que os moradores tomaram conhecimento da abertura da rua, há cerca de um ano. "Nós já estamos discutindo isso há tempo, mas eles vieram e em dois dias tiraram parte das árvores. Eu respeito e admiro muito a universidade, mas eles estão fazendo as coisas e não se importam com o impacto que vai causar na vizinhança, podiam ter conversado conosco, sendo que estivemos em uma reunião com moradores do Bairro Carneiros e Bairro Universitário, e a universidade foi convidada e não enviou um representante", conta. O abaixo-assinado já foi entregue ao Ministério Público e, hoje, será feita reunião com o órgão para discutir a situação.

Área foi doada para a prefeitura

Segundo o titular da Secretaria de Planejamento e Urbanismo (Seplan), Rafael Zanatta, a Univates, que tem a posse da área, doou parte para que a prefeitura pudesse executar o prolongamento da rua. "A Univates doou essa área de terras para abrir a rua e se prontificou a licenciar e executar o calçamento", explica.

Processo é totalmente legal

De acordo com o secretário do Meio Ambiente, Luis André Benoitt, todo processo de corte das árvores foi feito dentro da lei. "Essa rua já existe no plano diretor desde 2006, em qualquer mapa de zoneamento o prolongamento já era previsto e era uma questão de tempo para acontecer", explica. Ao todo, 22 árvores foram retiradas da área de 836,32m². Mas, seguindo a legislação, elas foram realocadas pela universidade. "Foi feito um licenciamento ambiental para esse corte de vegetação e como se tratavam de árvores maiores, a Univates foi obrigada por lei a realocar 30% da vegetação que foi retirada. Nesse caso, a universidade foi além e realocou 100% das árvores, com características iguais dentro do próprio terreno, na Rua Bento Rosa, algo que é raro porque é difícil alguém cortar e depois plantar as árvores dentro do próprio terreno", cita Benoitt. A assessoria de imprensa da Univates afirma que: "A obra segue rigorosamente a licença ambiental expedida pela Secretaria do Meio Ambiente, inclusive quanto ao transplante de espécies protegidas e outras medidas de preservação ou compensação ambientais definidas pela autoridade competente. A preservação do meio ambiente, na forma da lei, é respeitada e defendida pela Univates", finaliza.